

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A pauta do Congresso

Os projetos de lei relativos à reoneração da folha interessam mais ao governo do que ao Parlamento. Deputados e senadores colocam como ponto crucial a derrubada dos vetos ao Orçamento. Tanto em relação aos recursos (R\$ 5 bilhões) quanto ao cronograma de liberação até junho deste ano.

Vem por aí

No impasse em torno do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), o governo começa a citar as empresas brasileiras e fundos envolvidos na produção de Taylor Swift e Paul McCartney. Empresários compram os shows e vão vendendo desonerados.

Só no concreto

Os líderes consideram que o estica-e-puxa em torno do Perse só se resolverá quando os congressistas tiverem todos os números de forma transparente. Até aqui, eles avaliam que não obtiveram essas informações do governo.

Lusco-fusco

O presidente Jair Bolsonaro não quer saber de ver o PL apoiando o deputado Marcus Pereira para a presidência da Câmara. Assim, tenta empurrar Pereira para o governo Lula. Só tem um probleminha: quem tiver o carimbo, seja do governo, seja do bolsonarismo, terá dificuldades em vencer essa disputa.

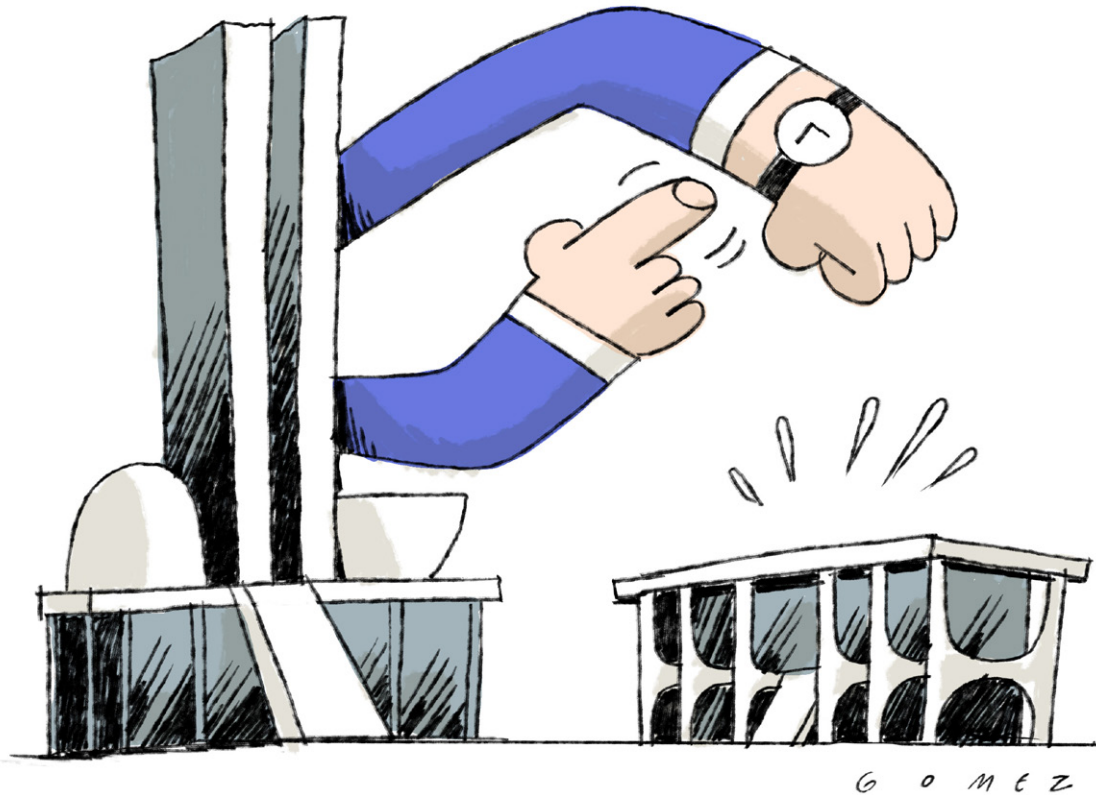
Um “comunista” temente a Deus

O senador Flávio Dino, que já foi do PCdoB, faz questão de marcar a sua posse como ministro do Supremo Tribunal Federal com uma missa de ação de graças hoje, depois da solenidade de praxe no plenário do STF. A missa está marcada para 19h.

Tempo esgotado

O governo esticou o que foi possível na discussão sobre os temas relativos à reoneração da folha de salários e ao fim do socorro ao setor de eventos criado na época da pandemia. Agora, é hora de apresentar propostas concretas e números. E se insistir em medida provisória, os líderes avisam que o Poder Executivo vai perder. A contar pela

declaração do presidente da Câmara, Arthur Lira, à coluna — ele que segue religiosamente o sentimento majoritário da Casa —, colocar esses assuntos da MP 1202 por projeto de lei “já é muito”, porque foram temas já tratados no Parlamento. Na opinião dos líderes, isso quer dizer que, se os projetos não chegarem logo ao Congresso, a derrota virá.



CURTIDAS

Ele vai/ O deputado Osmar Terra (MDB-RS) irá ao ato promovido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados no próximo domingo, na avenida Paulista. Sinal de mais uma divisão na legenda que tem ministério no governo Lula.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Ele também/ O PL de Bolsonaro estará em peso. O deputado Alberto Fraga (DF) brinca, dizendo que levará até uma mala com muda de roupa. E explica: “O Lindbergh (PT) disse que vamos sair de lá presos? Então, já vou preparado!”

Os planos do GDF/ Capitaneado pelo ex-governador Paulo Octávio, o LIDE Brasília reunirá hoje os cem maiores empresários do Distrito Federal para ouvir o secretário de Economia, Ney Ferraz Júnior. A ideia é saber quais as prioridades e vocações que o governo pretende incrementar em 2024.

Vale lembrar/ O governador Ibaneis Rocha confirmou presença, assim como o presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado. Brasília não tem eleição este ano. Portanto, os empresários calculam que os investimentos não devam parar à espera de resultados das urnas.

»Entrevista | VERA LÚCIA ARAÚJO | MINISTRA SUBSTITUTA DO TSE

Embora ainda não exista legislação específica para o uso indevido de inteligência artificial nas eleições, magistrada afirma que a Justiça Eleitoral tem instrumentos para coibir fraudes nas disputas deste ano, dentro dos preceitos constitucionais

“Não há estado de impunidade”

» ISABEL DOURADO*

A ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo, participou nesta quarta-feira (21/2) do programa CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a **TV Brasília**. Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, a ministra falou dos desafios que devem ser enfrentados nas eleições municipais deste ano, da importância da participação das mulheres nos espaços de poder, além da lisura do sistema eleitoral brasileiro.

Em Brasília desde 1978, a advogada Vera Lúcia Santana Araújo formou-se em direito no Uniceub. Antes de ingressar na magistratura, atuou como advogada em diversos segmentos, além de prestar assessoria jurídica. Ela é a segunda mulher negra a ocupar uma cadeira no TSE. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o tribunal está se preparando para combater o uso indevido da inteligência artificial nas eleições?

A gente ainda não tem uma legislação regente para isso. O Tribunal Superior Eleitoral, em meados de janeiro, promoveu audiências públicas ouvindo setores empresariais, especialistas, partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil, a sociedade organizada como um todo, para fazer essa escuta mais ampla, mais democrática possível, de modo a colher contribuições que possam vir a ganhar um formato de resolução dentro dos prazos eleitorais.

O TSE tem instrumentos para conter ameaças decorrentes da tecnologia, como fake news, redes sociais e, agora, IA?

O grande instrumental que temos é a Constituição da República Federativa do Brasil. Dentro dos marcos constitucionais, no papel concebido para a Justiça Eleitoral, a gente não vai ter uma situação de anomia, ou seja, de ausência de norma. Você não tem uma terra sem lei, um estado de impunidade, muito pelo contrário. Por certo que o ideal é que tivéssemos já uma legislação mais plena, mais completa, que regule esse diálogo entre tecnologia e cidadania para o cotidiano, do convívio social. Mas essa ausência não significa que a Justiça não esteja pronta para garantir a plena estabilidade do processo eleitoral municipal.

A deputada Carla Zambelli foi multada esta semana porque, em 2022, teria postado uma fake news. Mas nós estamos em 2024. Em um mundo de comunicação instantânea, como a justiça pode evitar os danos causados por uma fake news?

Olha, realmente a instantaneidade da comunicação nessa era tão arrojada, digamos assim, exige níveis muito refinados de controle social e de controle estatal pela via da Justiça Eleitoral. Eu estava ontem (terça-feira) na sessão, acompanhei o julgamento. E gente tem uma processualidade absolutamente correta na perspectiva da garantia plena do contraditório da ampla defesa. A finalização do processo judicial é para a cidadania e pode dar, às vezes, uma sensação de demora muito grande. Mas a celeridade não pode atropelar a garantia

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Como cidadã, sempre postulei o direito-dever que nós, mulheres negras, precisamos ter de participação política para além dos espaços comunitários. A nossa representação política é pela via dos partidos”

plena constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Não há um meio-termo?

A gente precisa cada vez mais aperfeiçoar esses mecanismos: a expectativa que a sociedade tem de ver de pronto reprimida qualquer espécie de violação às normas das regras eleitorais. A sanção aplicada foi maior à deputada justamente porque o relator fundamentou o seu voto, acompanhado majoritariamente, no fato de que a parlamentar teria feito a veiculação mesmo após a emissão do relatório pela Justiça

Eleitoral atestando a falsidade da notícia. Mas, seguramente, a gente ainda tem como aperfeiçoar mais esses mecanismos.

O TSE também se posicionou esta semana a respeito de fraudes em relação à participação de mulheres. Qual sua expectativa para as eleições?

Como cidadã, sempre postulei o direito-dever que nós mulheres, nós mulheres negras — você, mulher negra; você, dona de casa; advogada, médica, pouco importa; desempregada, dirigente

de associação de moradores, enfim, que a nossa participação política tem que ir para além desses espaços comunitários. A nossa representação política é pela via dos partidos. Esse entrelaçamento que nós temos que ter com os partidos, em que cada uma de nós seja não somente eleitora, mas também com o potencial de sermos eleitas. A Justiça Eleitoral tem o papel a posteriori de apurar eventual fraude e punir de modo inibitório.

Mas esse julgamento de ontem foi das eleições de 2020. Já se

passaram praticamente quatro anos. Não fica muito tarde?

De novo, a nossa garantia processual da ampla defesa e contraditório exige o cumprimento de todos esses prazos. Até chegar à instância do TSE, realmente é uma longa caminhada. Eu penso que a gente precisa ter um trabalho muito mais pedagógico, mais cultural, de nos imbuirmos desse senso de responsabilidade que cada eleitor, cada eleitora, precisa ter de zelo com seu próprio voto e com sua candidatura. Ou seja, que nós, mulheres, não aceitemos virarmos, no jargão popular, laranjas de homens de pouco compromisso democrático, de nenhum compromisso com a representatividade das mulheres na vida política nacional. Esse seguramente é o desafio infinitamente maior que a gente tem.

Os ataques à urna eletrônica continuarão?

Sou testemunha viva de toda a evolução do voto de cédula, a guerra que era aquela apuração às vezes interminável. Literalmente acompanhei todo esse processo evolutivo, porque é uma evolução incontestável. É preciso destacar a transparência com que a Justiça Eleitoral implantou esse sistema e o trabalho para qualificar cada vez mais esse sistema, com participação além dos partidos políticos, da Ordem dos Advogados, do Ministério Público Eleitoral, Senadores. É tudo às escâncaras. Quanto aos futuros ataques às urnas, honestamente, acho que essa pauta não estará muito na agenda das eleições municipais.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**